

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

53.^a Reunião
(10 de setembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Telmo Correia) deu início à reunião às 10 horas e 41 minutos.

Procedeu-se à audição do Sr. José de Jesus Mendes Medeiros (Administrador da Comportest), que respondeu às questões colocadas pelos Deputados Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), João Ramos (PCP), João Semedo (BE), Paulo Rios de Oliveira (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 11 horas e 37 minutos.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a reunião.

Eram 10 horas e 41 minutos.

Srs. Deputados, o nosso depoente, uma vez que reside fora de Lisboa, teve alguma dificuldade em chegar à Assembleia, o que, por vezes, acontece nos primeiros dias de chuva, daí começarmos a nossa reunião um pouco mais tarde.

Temos já connosco o Sr. José de Jesus Mendes Medeiros, que está aqui na qualidade de Administrador da Comportest, uma empresa que esteve relacionada, presumo, com os processos de contrapartidas no âmbito da aquisição de equipamento militar, que é, obviamente, o objeto da nossa Comissão. Esta audição, de resto, foi pedida por duas forças políticas, pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda, e aprovada pela Comissão. Sublinho também que o depoente está acompanhado pelo seu advogado, o Dr. Francisco Caldas, como é seu direito.

Sr. José Mendes Medeiros, no que diz respeito ao sistema de funcionamento da Comissão, todos os nossos depoentes, sem exceção, se quiserem, podem usar da faculdade — é uma faculdade, não é uma obrigação — de fazerem uma declaração inicial, que peço que não exceda 10 minutos. Pergunto-lhe, então, se pretende fazer uma intervenção inicial ou se prefere passar diretamente às perguntas dos Srs. Deputados.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros** (Administrador da Comportest): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sei que perguntas me vão ser feitas, mas quero dizer que em tribunal me remeti ao silêncio e que também não vou falar aqui em pormenores do processo. Portanto, vou

tomar a mesma atitude que tomei em tribunal, isto é, vou remeter-me ao silêncio; sobre coisas genéricas poderei falar, mas sobre pormenores do processo não vou falar.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe desculpa por não ter presente, pois já fizemos mais de 40 audições, mas o senhor é arguido no processo de contrapartidas?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — O direito ao silêncio é um seu direito, de resto é um direito constitucional. Não temos a menor dúvida sobre isso, pelo que não tem de dizer nada que possa considerar ser prejudicial para si, não é obrigado, é um direito que tem, repito. Ainda assim, agradecemos a sua presença e, obviamente, responderá, na medida do que puder e do que entender, às perguntas que os Srs. Deputados lhe queiram fazer.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Sr. Presidente, vim pela lei e pelo respeito a esta Casa, porque caso contrário...

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

Sr. José Mendes Medeiros, na Comissão seguimos um sistema rotativo de perguntas, ou seja, é sempre um partido diferente a iniciar cada uma das audições.

Cabe hoje ao CDS-PP iniciar a primeira ronda de perguntas, pelo que, desde já, vou dar a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, que dispõe para o efeito de 10 minutos. Só o tempo do Sr. Deputado é contado, não o do depoente, contudo, peço aos nossos depoentes, até porque alguns

são mais eloquentes, outros menos, que, dentro do possível, não ultrapassem o tempo global de que os Deputados dispõem. Claro que todos sabemos que uma pergunta de 5 segundos pode justificar uma resposta de 20 minutos, depende da pergunta, pelo que não lhe cortarei a palavra, peço-lhe só que tenha alguma atenção ao tempo global.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. José de Jesus Mendes Medeiros, começo por o cumprimentar, bem como ao seu advogado, e por lhe dizer que estamos no âmbito de uma comissão parlamentar de inquérito. Somos Deputados, não somos magistrados do Ministério Público, mas o nosso objetivo, neste âmbito, é procurar analisar, até do ponto de vista histórico, todo um conjunto de factos importantes que ocorreram ao nível de sete programas militares diferentes.

Calculo que o Sr. José Medeiros tenha sido chamado a esta Comissão por ter sido membro do Conselho de Administração da ACECIA, por ter sido representante da Comportest na ACECIA. Assim, gostaria de lhe fazer algumas perguntas genéricas, de forma a que o Sr. José Medeiros possa responder dando-nos, também, um pouco a sua perspetiva sobre aquilo que puder, e quiser, dizer-nos, como é evidente.

Passo a tecer algumas considerações gerais e, depois, colocar-lhe-ei duas ou três perguntas.

Provavelmente, se não falho as contas, o senhor é já o décimo membro da ACECIA que vem a esta Comissão prestar-nos o seu depoimento e dar-nos alguns esclarecimentos. Desta forma, Sr. José Medeiros, gostaria de lhe dizer que já temos uma perspetiva bastante clara sobre o funcionamento da ACECIA, que funcionava através do Conselho de Administração e, depois, de um Conselho Executivo, liderado pelo Dr.

Féria, e já percebemos também como é que as competências estavam mais ou menos repartidas. Isto é, no fundo, o Conselho de Administração seria não só a «cara» da ACECIA mas também quem, no dia-a-dia, tratava não só de toda a parte procedimental, administrativa como ainda dos contactos com as diferentes entidades.

Gostaria de lhe fazer uma pergunta, que tem a ver com o seguinte: havia, ao nível da ACECIA, o plano das contrapartidas, havia todo um conjunto de projetos estruturantes que estavam em cima da mesa, e que já aqui nos foram referidos, mas havia também um conjunto de projetos, aqui referidos como projetos mercantis, que estavam muito focalizados ao nível das diferentes empresas.

Ora, de acordo com os dados que tive oportunidade de ver, a Comportest teve um único projeto de contrapartidas, que estava relacionado com o projeto PWO, salvo erro, de fornecimento de peças metálicas que tinha como destinatário último a Johnson Controls. Eu gostaria que, se possível, o Sr. Mendes Medeiros, como representante da Comportest, nos desse alguma ideia sobre em que é que consistia esse projeto.

Por fim, gostaria de lhe perguntar qual o balanço que faz sobre a execução desses projetos, como é que participou ao nível da ACECIA e qual é a sua experiência sobre o funcionamento da ACECIA, se teve algum relacionamento com o consórcio alemão e com várias entidades públicas, nomeadamente com a Comissão Permanente de Contrapartidas e com a Comissão PRAS, que existiu no âmbito do programa dos submarinos até determinada altura e com competências muito importantes, como sabemos hoje, e, ainda, nesse relacionamento com as instituições públicas, qual é a sua perceção, a sua avaliação do trabalho da Comissão Permanente de Contrapartidas.

Por último, e porque esta pergunta tem sido colocada a todos os representantes das empresas que compunham a ACECIA, gostaria de saber se a Comportest teve, ou não, alguma visita de representantes da Comissão Permanente de Contrapartidas no trabalho de acompanhamento desses projetos que, supostamente, era desenvolvido.

Portanto, Sr. Mendes Medeiros, fico na expectativa de poder obter alguns esclarecimentos da sua parte.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Sr. Deputado, a sua pergunta foi muito extensa. Vou ver se consigo responder a todas as perguntas que colocou sem ir ao pormenor.

Neste caso, era a empresa Manuel da Conceição Graça, que faz parte da Comportest, que fornecia essas peças para a PWO. Essa é, de facto, a empresa que eu represento, mas na ACECIA eu representava a Comportest. Tratava-se de peças metálicas para automóveis que, como disse, tinham como destino final a Johnson.

A ACECIA, como um agrupamento de empresas, funcionou sempre bem. Tinha, de facto, um órgão executivo, que era o Dr. Palma Féria, em quem todos nós, administradores ou gerentes de empresa, confiávamos plenamente, pois não tínhamos tempo para os pormenores e o que queríamos era que as empresas trabalhassem. Portanto, era nesse sentido que funcionávamos.

A Comissão Permanente de Contrapartidas, a meu ver, não funcionou. De facto, eram uns senhores que estiveram ali, que tinham técnicos ou não tinham, não visitaram as empresas e foram... Como é que posso dizer isto sem ferir ninguém... Foram a «areia na engrenagem» disto tudo, porque se não tivessem sido «areia na engrenagem» os *offset* que estavam lá tinham sido aprovados, as coisas tinham andado e isto tinha-se

desenvolvido tudo. Não foram às empresas, não conheciam as empresas, não sabiam o que é que as empresas faziam. Logo, estava tudo errado, porque quando se está a analisar um *offset*, se é contrapartida ou não, se não se conhecem as empresas também não se sabe o que é que elas estão a fazer e, portanto, não se pode analisar.

Penso que o «calcanhar de Aquiles» neste processo todo, a razão de não termos desenvolvido todas as contrapartidas, foi, de facto, a Comissão Permanente de Contrapartidas.

E no meio de tudo isto está o INTELI, que, no fundo, serviu toda a gente, mas que, depois, fez uma investigação um pouco tendenciosa, porque fez serviço para a Comissão, fez serviço para as empresas e fez serviço para o Estado, para o Ministério Público. Ora, tudo isto foi uma embrulhada muito grande e conduziu a que tivéssemos parado. E sobre isto não sei dizer mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Houve só uma pergunta que não foi respondida, mas não sei se quer responder ou não, que tinha que ver com o relacionamento e os contactos que foram ou não desenvolvidos com o consórcio alemão e em que contexto.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Sim, foram desenvolvidos contactos com a Ferrostaal, os contactos eram assíduos, havia várias reuniões. Portanto, sempre houve um bom relacionamento entre a ACECIA e a Ferrostaal.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Encerrado o conjunto de perguntas por parte do CDS-PP, passo ao Grupo Parlamentar do PCP.

Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Sr. Medeiros e o seu advogado.

Sr. Mendes Medeiros, já nos disse qual era a sua baliza em relação àquilo que nos pode dizer, de qualquer maneira, e uma vez que estão definidas essas balizas, vou ser abrangente nas questões a colocar e, depois, o senhor fará a avaliação daquilo que pode, ou não, ou que quer, ou não, dizer.

Relativamente à participação da Comportest nos processos de contrapartidas, houve contactos directos com a Comportest ou os contactos foram feitos através da ACECIA? Como é que a Comportest chegou a este processo das contrapartidas? Foi contactada directamente por representantes da Ferrostaal, que a quiserem envolver no processo de contrapartidas, ou foram as entidades que constituíram a ACECIA que chamaram a Comportest para este conjunto de projetos?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Foi sempre através da ACECIA. Nós fazíamos parte da ACECIA e todos os contactos com a Ferrostaal foram feitos através da ACECIA, nunca directamente, embora nos fossem visitar, mas, repito, foi sempre através da ACECIA.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Para além do projeto que já foi referido e que já confirmou, gostaria de saber, por um lado, se não havia outros projetos e, por outro lado, se neste projeto em que estiveram envolvidos já havia relações comerciais com estas empresas ou se elas foram desenvolvidas apenas no âmbito dos processos de contrapartidas e se permaneceram e ficaram para além do fim destes processos.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — As empresas são todas conhecidas e havia relacionamento entre elas; estamos no mercado e conhecemo-nos.

Tínhamos um grande projeto, sim, chamado módulo assento, que morreu por causa da inércia que houve na Comissão Permanente de Contrapartidas. Isto é, ao não desenvolver as contrapartidas morreu o processo, porque não tínhamos capacidade financeira para andar com ele, dado que deixámos de fazer um sem número de coisas que deveríamos fazer e as empresas não tiveram capacidade. Inclusivamente, tínhamos uma patente registada que, entretanto, não tivemos capacidade para a manter e deixámo-la morrer. E estamos a falar de um negócio para o País, que tinha pernas para andar, entre os 50 e os 100 milhões de euros por ano. Portanto, as empresas perderam tudo isso e o País também perdeu, obviamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Quando perguntei se havia já conhecimento e contacto com as empresas não me referia às empresas no seio da ACECIA, referia-me à empresa com a qual se relacionaram e à qual

forneciam os produtos metálicos que acabou de referir. Portanto, gostaria de saber se já havia negócios com essa empresa ou não.

Por outro lado, e já aqui foi referido o modelo dos assentos, sendo assim, a Comportest estava em dois projetos, no projeto dos assentos e no projeto do fornecimento das estruturas metálicas, ou era o mesmo projeto?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Não era o mesmo projeto, a Comportest estava em todos os projetos que a ACECIA tinha. Portanto, sobre tudo o que vinha, nós éramos consultados e, mediante as capacidades de cada um — no meu caso são peças estampadas —, complementávamo-nos, e por isso é que é um agrupamento de empresas.

O conhecimento da PWO veio através da Ferrostaal.

O Sr. **João Ramos (PCP)**: — Então, o processo das patentes acabou por cair. Quem é que responsabilizam, a Ferrostaal ou o Estado português?

A Ferrostaal nunca deixou de cumprir os seus compromissos... Já classificou o comportamento da Comissão Permanente de Contrapartidas no que respeita ao fim deste processo, ao facto de ele não se concretizar. Esta perda para a economia nacional teve responsabilidades do lado da Ferrostaal, do Estado ou de ambos?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Eu penso que é mais do lado do Estado, porque ao serem colocados aqueles *offsets* na gaveta não andaram para a frente. E a Ferrostaal não pôde, assim, diminuir as suas garantias, a Ferrostaal parou no tempo e, a dada altura, deixou de avançar, porque não tinha *feedback* da parte da Comissão Permanente de Contrapartidas. Portanto, havia muitos negócios para fazer e parou tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Já classificou aqui claramente a Comissão Permanente de Contrapartidas como uma «areia na engrenagem», ou seja, em vez de ajudar, desajudava — penso que foi isso que referiu —, portanto, funcionava ao contrário. Acha que havia uma intenção clara, por parte de quem era responsável pela Comissão Permanente de Contrapartidas, para que funcionasse mal? Era intencional? Não tinha condições para funcionar? O mandato que lhe foi atribuído era mesmo para que funcionasse mal ou o que é que se passou para que ela não funcionasse?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Não me parece que seja isso! Com certeza que eles queriam funcionar bem, mas havia uma inércia, ou falta de conhecimento das coisas, ou não tinham os elementos ideais na Comissão. Isto porque era preciso ter lá técnicos, e penso que a Comissão não os teria, que fossem às empresas, que soubessem analisar todos estes processos; isto tem de ter uma análise técnica e é necessário ter pessoas para isso. Penso que a Comissão não teria as pessoas indicadas... Portanto, havia inércia por parte da Comissão.

Longe de mim dizer que eles não queriam andar, não teriam era os meios suficientes ou capazes para o fazer, penso. Quem sou eu para julgar uma coisa dessas...?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Então, na vossa perspetiva, e no âmbito do projeto que desenvolviam, o Governo não nomeou as pessoas

indicadas para a Comissão Permanente de Contrapartidas ou não lhes deu as condições para que funcionasse, foi isso que disse?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Sim. Penso que faltaram condições à Comissão para funcionar como deve ser.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Outra questão que gostava de colocar tem a ver com os contactos por parte dos concorrentes.

A ACECIA desenvolveu este projeto com a Ferrostaal, o concorrente que ganhou o concurso para o fornecimento dos submarinos, mas, na fase final, havia outro concorrente a concurso, um concorrente francês. Assim sendo, pergunto-lhe se, no que se refere à vossa empresa ou até à ACECIA, conhece que tenha havido contactos também por parte do concorrente francês para vos envolver em projetos de contrapartidas ou se o vosso contacto foi exclusivamente com o outro concorrente.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Eu desconheço isso, até porque não estive na ACECIA desde o início, entrei em substituição de um outro estampador que, entretanto, foi à falência e saiu.

Portanto, o que conheço da ACECIA é o seu relacionamento com a Ferrostaal, tudo o que está para trás não conheço.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Já referiu as relações com a INTELI e disse até, sobre o seu comportamento, que tinha uma relação com ambos os lados.

No âmbito da Comissão já temos tido contactos com esse tipo de comportamentos por parte de outras entidades, nomeadamente da Escom e do grupo que era sócio maioritário da Escom, no âmbito do financiamento e da assessoria. Assim, gostaria de saber se no âmbito da ACECIA conhecia as relações com a Escom, se elas existiam e de que modo é que elas aconteciam. Para além destas duas que já referi, da Escom e da INTELI, gostaria, ainda, de saber se havia outras estruturas de assessoria e quem é que pagava essa assessoria, se era a Ferrostaal ou se a ACECIA também fazia alguns pagamentos no âmbito dessa assessoria.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Quanto à Escom desconheço, porque é anterior. Sobre a INTELI, sim, havia assessorias que eram pagas pela Ferrostaal e algumas coisas também pela própria ACECIA. Aliás, a INTELI fez assessorias a todas as empresas, à Comissão Permanente de Contrapartidas e ao Estado, ao Ministério Público.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Já disse que entrou na ACECIA numa fase posterior e, portanto, é provável que não conheça os processos iniciais de negociação, é isso que depreendo do que disse, mas para além da Ferrostaal, e no âmbito da relação com o Estado, os contactos eram feitos exclusivamente através da Comissão de Contrapartidas ou houve outros contactos com o Estado? Conhece se na fase inicial houve alguns contactos com o Estado?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Desconheço completamente. Desde que entrei na ACECIA os contactos eram só entre a ACECIA, a Ferrostaal e a Comissão Permanente de Contrapartidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Voltando um bocadinho atrás, acho que não chegou a dizer-me se o negócio que desenvolveu, da componente de peças, permaneceu ou não depois do projeto de contrapartidas ter caído. Isto porque lhe queria perguntar como é que, de forma global, avalia estes processos de contrapartidas, como é que os avalia para a sua empresa em particular, para o conjunto das empresas da ACECIA e até para a economia nacional.

Já ouvimos aqui representantes de empresas que estiveram na ACECIA que classificam esse processo como muito mau, que consideram que as empresas avançaram para negócios, nomeadamente a questão dos assentos, em que houve um empenhamento em termos de recursos e em termos de tempo, mas, depois, não se concretizou nada. Mas há, ainda, representantes de algumas empresas que também falam em aspetos mais positivos, nomeadamente que lhes permitiu desenvolver contactos com outras entidades que até aí não tinham feito.

No vosso caso, em concreto, gostaria de saber qual é a avaliação que fazem da participação nestes processos e se o saldo final foi positivo ou negativo.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — É óbvio que empresas como aquelas de que estamos a falar não estão à espera da ACECIA para desenvolverem os seus negócios, têm os seus comerciais e desenvolvem os

seus negócios normalmente. Digamos que a ACECIA foi mais uma ajuda para que as empresas tivessem negócios e se desenvolvessem em determinadas áreas, até pela riqueza da mais-valia que decorre da junção de empresas com diversos tipos de produto.

Por exemplo, esse negócio de que falou da empresa Manuel da Conceição Graça terminou porque, entretanto, aquele modelo de carro terminou, e terminou o negócio. O nosso relacionamento com a PWO continuou; neste momento não temos negócio algum com eles, mas poderemos vir a ter. São negócios sazonais, são negócios que dependem muito dos modelos dos carros, vão e vêm. Mas nenhuma das empresas esteve dependente da ACECIA para fazer os seus negócios.

Aliás, o projeto que referiu, do módulo assento, resultou muito da carolice dos engenheiros das diversas empresas, que não propriamente como ACECIA, mas como empresa, cada uma por si, estavam a fazer os seus trabalhos, juntando-se depois os diversos componentes. E tinha assentos, ou seja, tinha tecido, tinha parte metálica, que era a nossa, tinha cortiça, fornecida pela empresa Amorim. Portanto, tinha vários componentes, pelo que cada empresa, por si, foi dando os seus *apports* para sair esse projeto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Disse que as empresas nunca estiveram dependentes da ACECIA para desenvolverem a sua componente de negócios, mas os contactos permitidos pela Ferrostaal foram ou não importantes, determinantes?

De forma global, gostaria que nos dissesse como é que, em concreto, avalia a participação da sua empresa neste processo de contrapartidas, ou seja, se é uma avaliação positiva ou se é negativa.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — O negócio é sempre positivo. Poderia ser mais, sim, poderia haver muito mais negócio. As contrapartidas estão tão longe de serem concretizadas que poderia ter havido muito mais negócio, mas todos esses relacionamentos são positivos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — E, no âmbito deste relacionamento, a sua empresa foi beneficiária de algumas componentes tecnológicas de desenvolvimento nessa área, no âmbito destes contactos e destes negócios que foram estabelecidos, ou os negócios que fizeram tiveram como base a tecnologia que já tinham e aquilo que desenvolviam?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Os negócios que se fizeram tiveram como base a nossa tecnologia, embora se vá sempre aprendendo uns com os outros.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos, agora, ao Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado João Semedo, tem a palavra.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar as Sr.^{as} e Srs. Deputados, bem como o nosso depoente e o seu advogado.

Sr. José Medeiros, há pouco, disse-nos que não tinha estado na ACECIA desde a primeira hora da sua fundação, que entrou posteriormente e referiu-se a uma empresa que faliu. Recordando-me aqui de outras audições, gostaria de saber se a situação teria sido equivalente ou não, pelo que a minha pergunta é a seguinte: entrou com um projeto inteiramente novo ou entrou com um projeto que, no fundo, era a herança de quem tinha saído por falência?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Eu entrei como estampador. A Taval foi à falência e eu entrei porque o grupo precisava de um estampador, e eu entrei como estampador.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Com a sua própria empresa, como é evidente.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Exato.

O Sr. **João Semedo** (BE): — A minha pergunta era só para caracterizar essa situação, porque ontem houve aqui uma situação parecida, mas, apesar de tudo, diferente.

Há pouco disse, se não estou em erro, que a Ferrostaal parou. Queria perguntar-lhe duas coisas: em primeiro lugar, se nos podia dar ideia do ano em que isso se verificou, quando é que se verificou esse abrandamento da

intervenção da Ferrostaal; e, em segundo lugar, na sua opinião, quais terão sido as razões que conduziram a esse arrefecimento da intervenção da Ferrostaal.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Não sei precisar... O julgamento demorou três anos... Talvez quatro anos, não sei precisar... O tempo passa tão rápido e nós andamos tão absorvidos na nossa vida que esses pormenores, não sei bem.

Penso que a Ferrostaal abrandou na medida em que não davam seguimento aos *offsets*, não aprovavam os *offsets*, a Comissão Permanente de Contrapartidas não andava e, portanto, eles não tinham oportunidade de diminuir as suas garantias. E aquilo começou a parar, a meu ver, por causa da Comissão Permanente de Contrapartidas, eles não tiveram incentivo para andar para a frente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — No fundo, poderemos dizer que a Ferrostaal não teve na Comissão Permanente de Contrapartidas o parceiro dinâmico de que precisava para proceder às diligências necessárias para que as contrapartidas fossem executadas em devido tempo.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Nem a Ferrostaal, nem a ACECIA.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Queria, então, agora, fazer-lhe uma outra pergunta sobre uma área de problemas ligeiramente diferente.

Quando tomou conhecimento da existência do acordo de compensação, qual foi a sua opinião sobre este acordo de compensação?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Se quer que lhe diga, não tive opinião sobre isso, limitei-me... Para ser honesto, eu confiava inteiramente, em tudo o que se passava ali, no homem executivo, o Dr. Palma Féria, e, portanto, tudo o que ele dissesse para assinar, quase com os olhos fechados, eu assinava por baixo. Portanto, não tenho uma opinião formada acerca disso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo (BE)**: — Na realidade, o acordo de compensação compensou muito pouco ou quase nada. Do seu ponto de vista, porque é que isso aconteceu? Ou seja, porque é que o acordo de compensação não deu em nada, digamos assim?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Não faço ideia porque é que as coisas não andaram para a frente. Penso que, depois, no meio disto tudo, há, sei lá, interesses políticos, interesses do Estado... Olhe, não sei, não faço ideia.

A minha preocupação era ter negócio, a preocupação das empresas era ter negócio. O resto, tudo o que anda à volta disto, nós não... Eu, pelo menos, estava completamente fora disso, nem sequer tinha tempo para me debruçar sobre essas coisas. A minha preocupação é a minha empresa, são as minhas pessoas, é andar para a frente. Não tinha tempo para andar nesses meandros das coisas, desconhecia...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Compreendo bem o que diz e percebo esse ambiente e a relação com a atividade e o trabalho, mas a minha pergunta é a seguinte: quando surgiu essa possibilidade do acordo de compensação, de alguma forma pensou que isso podia, eventualmente, beneficiar a sua empresa? E, se sim, em que sentido é que podia obter algum benefício desse acordo de compensação para a empresa, que era, apesar de tudo, um benefício diferente do acordo das contrapartidas? São coisas, realidades diferentes.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Todos os pormenores, como eu disse, não sei. Eu achava que sim, porque, desde que desse negócio à empresa, para mim, estava bem. E o meu foco era só o negócio para a empresa, aliás, para as empresas que eu representava, pois naquele caso não representava só a minha, representava mais duas, porque a Comportest é composta por três empresas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, posso concluir que, quando tomou conhecimento do acordo de compensação, o acordo, para si, significava mais possibilidade de produção, negócio no sentido de mais produção e não apenas de negócio do ponto de vista estrito de algum financiamento. Digo isto, porquê? Porque já ouvimos aqui algumas interpretações sobre o que era e a que é se destinava o fundo de compensação, sendo que punham muito a tónica na componente de financiamento.

Julgo, pelas suas palavras, que olhou sempre para o acordo de compensação mais como uma hipótese de produção, e não tanto de financiamento puro e duro.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Assim é, Sr. Deputado. Para mim, era mais negócio e não propriamente esse compromisso de que fala.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não quero fazer mais perguntas. Queria agradecer-lhe as suas respostas.

O Sr. **Presidente**: — Está, portanto, concluída a inquirição por parte do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, do PSD, para o que dispõe também de 10 minutos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, bom dia a todos os Srs. Deputados.

Cumprimento o Sr. José Medeiros e o seu advogado, aqui presente, e começo por dizer, em meu nome e no do PSD, que valorizamos muito a sua presença, até no contexto em que acontece, e a sua disponibilidade para vir aqui responder a tudo o que possa, dentro dos constrangimentos a que está obrigado. A verdade é que, até agora, não se furtou a nenhuma pergunta, o que penso dever ser valorizado.

De todo o modo, nesta catadupa de audições que não para de aumentar, em que, a certa altura, já estamos ouvir coisas que já ouvimos muitas vezes, não deixou aqui de confirmar alguns factos que, a certa

altura, me fizeram pensar que o Partido Socialista já deve estar arrependido de ter pedido a sua audição.

Em bom rigor, esta Comissão de Inquérito, muito mais do que apurar se a Comportest fez bem ou fez mal, pretende, no fundo, apurar se aqueles a quem competia defender o interesse público, o interesse nacional, fizeram-no bem ou mal, ou se isso foi condicionado por terceiros, e como é que se pode, de alguma forma, apurar alguma responsabilidade. Tentamos que a «culpa não morra solteira».

A verdade é que o Sr. José Medeiros nos disse que o processo ACECIA era um processo que fazia sentido. De facto, às vezes, ouvimos dizer que o empresário português é tão individualista que prefere perder sozinho a ganhar junto. Nem sempre é assim, graças a Deus, e, aparentemente, o processo da ACECIA fazia sentido.

Ou seja, quando aceita introduzir-se neste conjunto de empresas — em que, aliás, não esteve desde o início —, o projeto fazia sentido para a Comportest? Tinha algum histórico? Entrou a confiar em quem ou em quê? Estas são as minhas primeiras perguntas.

O Sr. José de Jesus Mendes Medeiros: — O projeto já ia em andamento, obviamente, mas tinha empresas que me mereciam todo o respeito — tinha a Simoldes, tinha a Amorim, portanto, no fundo, estava lá quase a nata da indústria automóvel; e, depois, estavam os estampadores, sendo que, primeiro, entrou a Tavor e, depois, entrámos nós, que somos o maior estampador português, a Manuel da Conceição Graça é o maior estampador nacional.

Portanto, fazia todo o sentido e as empresas que lá estavam eram empresas de nome. Já várias vezes tínhamos tentado fazer alguma coisa em conjunto, isto não é virgem na ACECIA. Há uns anos tínhamos falado,

várias vezes, em fazer coisas em conjunto, em juntar as empresas, em juntar as sinergias de todas as empresas para fazermos alguma coisa. E eis que nasce uma ACECIA com este projeto, há uma «luz ao fundo do túnel»: aqui está aquilo por que andamos há muito tempo a ansiar.

Foi por isso que aderi sem dúvida nenhuma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — A qualidade das empresas, algum histórico na tentativa de criar essa mais-valia em conjunto fê-lo aderir.

Referiu, salvo erro, quando questionado pelo Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, que onde a coisa correu mal, onde se percebeu que não estava a correr bem, foi na Comissão Permanente de Contrapartida. Pergunto se teve contactos com essa Comissão, quando teve e com quem.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Já não me recordo quem é que estava... Fui uma vez à Comissão Permanente de Contrapartidas e, sinceramente, para ser honesto, não me recordo se era o comandante, como é que se chamava... Tinha sido tropa... Não em recorde.

Estive só uma vez na Comissão Permanente de Contrapartidas. Mas, para mim, o erro da Comissão não era eu ir ou não à Comissão, penso que a Comissão é que tinha de ir às empresas, palpar as capacidades das empresas, ver o que é que elas faziam, até para poderem avaliar como deve ser o que é uma contrapartida.

Penso que houve elementos da Comissão Permanente de Contrapartidas que nunca perceberam o que era uma contrapartida, que é

uma coisa... Não gosto de ser maldoso. Sou um homem de bem e vi-me confrontado com coisas... Chamaram-me de aldrabão, disto, daquilo e daqueloutro. Foi, no fundo, aquilo por que passámos, mas sou um homem de bem e, portanto, não gosto de...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Fala com base na sua experiência, mas dou um passo atrás para tentar situar isto no tempo, porque o tempo é muito importante para perceber quem era quem e estava a fazer o quê.

A sua empresa entrou neste processo em que ano?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Salvo erro, em 2003.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — E esteve envolvida no processo até quando?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Até ao final. Ainda estou, ainda faço parte da ACECIA. Temos de resolver esse problema, mas por enquanto ainda não está resolvido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Referiu há pouco, fazendo até uma imputação relevante, que a Comissão Permanente de

Contrapartidas era o problema e que quem estava na Comissão não só não ia às empresas como nem sequer tinha bem a noção do que era uma contrapartida.

É importante perceber-se isto, porque as comissões de contrapartidas não nascem do nada. São nomeadas, com pessoas que são indicadas, são escolhidas, são compostas, funcionam bem e funcionam mal, porque alguém tem de as dirigir e assumir a responsabilidade pela sua constituição ou pelo seu trabalho.

Com o trabalho desenvolvido pela ACECIA, se tivesse havido, da parte da Comissão Permanente de Contrapartidas, o devido acompanhamento, validação ou mesmo acompanhamento da própria produção — porque percebi que nem às fábricas iam —, com a patente que tinham criado, e era algo realmente novo, era possível ter levado o processo até ao fim?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Não tenho dúvidas nenhuma disso. Era completamente possível levar o processo até ao fim, até porque a Ferrostaal era um bom parceiro. Agora, não podem estar à espera, e então sendo alemães... Quem trabalha com alemães sabe que eles não podem estar à espera que as coisas estejam numa gaveta, durante meses, para decisão. Não se pode! As coisas têm de ser dinâmicas. Se isso não acontece, as pessoas desinteressam-se, vão-se começando a desinteressar e as coisas não andam.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então, pergunto-lhe: face ao trabalho desenvolvido, havia a convicção de que se tivesse havido a colaboração, o acompanhamento ou — e, como dizia o outro, não atrapalhem — se a Comissão Permanente de Contrapartidas não tivesse, pelo menos, atrapalhado ou tivesse acompanhado o projeto, ou seja, os senhores acreditaram sempre no desenvolvimento do projeto e que era possível concretizá-lo?

A minha pergunta é esta: o projeto nunca esteve condicionado à partida? Havia condicionantes do projeto que podiam inviabilizar a construção das contrapartidas e a sua concretização, certamente existiam diversos fatores de risco, mas, na vossa cabeça, a Comissão Permanente de Contrapartidas fazia parte desse risco ou contavam com a colaboração deles? Havia outros fatores que impediriam o projeto de prosseguir?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Desconheço outros fatores. Para mim, mas esta é uma opinião pessoal — e nem é sequer, se calhar, a opinião da ACECIA ou dos outros elementos que estiveram aqui —, analiso isto pela inercia da Comissão. A Comissão tinha de ser muito mais atuante. A Comissão tinha de ir às empresas. A Comissão não podia ficar com os processos parados, com os *offsets* ali parados e a não diminuírem as garantias que tinham.

Se a Ferrostaal podia ter feito mais? Talvez, não sei. Agora, se as coisas começam a emperrar, a emperrar, a emperrar, as pessoas desanimam. Eles não precisavam disto! As nossas empresas é que precisavam! Não sei se eles precisavam ou não, mas nós precisávamos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Referiu a intervenção da INTELI, do instituto, e dos vários tipos de intervenção que houve ao longo do processo.

Quando é que tomou conhecimento da intervenção da INTELI? Quando é que os contactou? Ou quando é que os conheceu?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Conheço a INTELI há muitos anos, até porque a INTELI fez trabalhos para Manuel da Conceição Graça (MCG).

Deparo-me, em tribunal, com uma investigação feita por dois rapazinhos, que também não sabiam muito daquilo e que foi tendenciosa. Mas isto está tudo mal, isto parte tudo mal. O próprio Presidente da INTELI, passe a expressão — mas isto é real, veio nos jornais e ele admitiu —, andou «enrolado» com a procuradora. Ora, quando isto acontece num processo destes, do que é que estamos à espera? Isto está tudo minado!

Há uma falta de decência, uma falta de carácter, uma falta de ética, uma falta de..., não sei que mais. Mas não aborreçam quem trabalha.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — De facto, o amor tem razões estranhas e momentos estranhos — já se percebeu aqui nesta Comissão.

Quanto à intervenção da INTELI fora do processo judicial, a INTELI tem uma intervenção anterior?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — A INTELI teve sempre intervenção. A INTELI chegou a ir às reuniões da ACECIA.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. José Medeiros, então, a INTELI era, desse ponto de vista, uma colaboradora, parceira, interessada, no bom sentido da palavra, no sucesso do projeto?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Obviamente que sim. Aliás, vou mais longe, e isto é um desabafo: a INTELI sempre quis ser a gestora das contrapartidas, mas não conseguiu porque a gestão foi para a ACECIA. Então, a dado momento, achou que era altura de «dar o tiro» — isto sou eu a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Tem conhecimento de que a INTELI também colaborou com a Comissão Permanente de Contrapartidas.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Obviamente que sim.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Num outro momento?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Noutros momentos, sim. Isso está no processo. Se virem o acórdão do tribunal, está lá isso tudo; se tiverem acesso ao acórdão do tribunal, tudo isso está lá escrito. O acórdão do tribunal tem lá isso tudo escrito, os momentos e quanto recebeu. E

foram muitos, muitos milhares de euros, tanto da Comissão, como do Estado, como das empresas. Muitos milhares!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Vou terminar, tentando retirar algo de muito relevante daquilo que disse.

O projeto da ACECIA, do ponto de vista económico, fazia sentido, tinha «pernas para andar», técnica e financeiramente, e, do ponto de vista da solução, emperrou na Comissão Permanente de Contrapartidas por incompetência, ineficácia e falta de acompanhamento. Foi isso?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — O projeto tinha todos os meios para andar, as empresas que o constituem são empresas de nome, são empresas que, na maioria dos casos, exportam quase a 100%, têm técnicos de alto valor. Não estamos a falar de chafaricas, estamos a falar de empresas capazes, com *know-how* para fazer.

Portanto, o projeto tinha «pernas para andar». Poderia ter sido um êxito. Não o foi. A culpa pode não ser na totalidade da Comissão, mas, para mim, a Comissão tem muita culpa nisto. A Comissão não fez o seu trabalho, fez emperrar este processo.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a inquirição por parte do Partido Social Democrata, segue-se o último grupo parlamentar nesta primeira ronda, o Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Medeiros e o seu ilustre mandatário.

Já referiu que, sendo arguido, não proferirá quaisquer declarações, está no seu direito, obviamente, reconheço isso, está fora de causa e, portanto, sobre essa matéria não lhe farei qualquer pergunta.

Porém, agradeça os seus contributos para esclarecimentos de questões que diretamente nada têm a ver com essa matéria e que se prendem com a sua recorrente referência, a instâncias dos meus colegas arguentes, à Comissão Permanente de Contrapartidas como «a Comissão», como se fosse una e indizível. Una e indivisível é só a pátria. Ou seja, ao longo destes anos, contactou com várias composições da Comissão de Contrapartidas, do ponto de vista dos seus responsáveis, não teve sempre como interlocutor apenas uma Comissão de Contrapartidas.

A pergunta que lhe coloco é precisamente esta: confirma que, ao longo dos anos, teve vários interlocutores na Comissão Permanente de Contrapartidas? Confirma isto, ou teve apenas com «a comissão de contrapartidas», una e indivisível?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Não, não houve apenas uma Comissão Permanente de Contrapartidas, houve várias, mas penso que todas funcionaram quase do mesmo modo.

Houve várias Comissões, obviamente. Penso que conheci duas, mas o funcionamento... Se não têm meios, não podem funcionar. Não sei, em pormenor, não sei dizer.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — A pergunta decorrente da primeira era precisamente a de que precisasse esse «quase». Disse que funcionavam todas «quase» da mesma maneira.

A sua visão sobre a Comissão Permanente de Contrapartidas é particularmente crítica, de qualquer maneira, pergunto se conseguia concretizar diferenças. Já disse que seria «quase» da mesma maneira, mas o «quase» faz com que não seja exatamente da mesma maneira. Portanto, pergunto se pode elucidar esta Comissão relativamente a alguma diferença de comportamento, ainda que mínima, que nos pudesse, depois, sinalizar alguns caminhos nessa matéria.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — A meu ver, não há diferenças relevantes. Um poderia falar melhor ou ter mais conhecimentos, mas não há diferenças relevantes entre as comissões.

O Sr. **Filipe Neto Brandão (PS)**: — Relativamente à Comissão é esse o esclarecimento que nos presta.

A minha pergunta, agora, não é relativa à Comissão em si, mas, sim, aos vários programas. Ou seja, cada programa de contrapartidas tem um regime específico. Relativamente às contrapartidas dos submarinos, dos helicópteros, etc. — há vários programas e cada um obedece a um regime diferente —, e uma vez que está demonstrado que os graus de execução são totalmente diferentes, chegando a ser manifestamente díspares, pergunto se notou alguma diferença de acompanhamento ou de tratamento relativamente a algum programa em concreto.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Desconheço. Só sei o que esteve relacionado com os submarinos. Em relação aos outros, não sei o que é que se passou, desconheço completamente se funcionou bem, ou mal.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — A sua relação foi apenas relativamente ao programa dos submarinos?

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Mais nada.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Referiu, há pouco, que iniciou esse relacionamento só a partir de 2003.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Se a memória não me falha, foi em 2003 que entrei para a ACECIA.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — E, como, aliás, referiu, mantém-se até ao presente, até à alteração do regime legal em que se pôs fim ao regime das contrapartidas, obviamente mantendo os programas que estavam vigentes. Portanto, é esse o período temporal.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Sim, sim.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Agradeço os seus esclarecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Termina aqui a primeira ronda de perguntas.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados pretende usar da palavra numa segunda ronda.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos, dispondo, para o efeito, de 5 minutos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Não vou usar o tempo todo, Sr. Presidente, até porque o Sr. Deputado Neto Brandão acabou por colocar a questão que eu tinha para fazer, que se prendia com a entrada neste processo em 2003.

De 2003 a 2005 tivemos um Governo PSD/CDS-PP; de 2005 para a frente um Governo PS. A pergunta que lhe faria é se havia diferenças. Já nos disse que não. Nenhum dos Governos foi diferente do outro em termos de colocação dos técnicos para a Comissão ter condições para funcionar e até em termos de fornecer à Comissão os meios para ela funcionar.

Por isso, tendo já respondido à questão que lhe queria colocar, pergunto se considera que os Governos foram negligentes neste processo, não tendo acautelado devidamente os interesses do nosso País, da nossa economia, do Estado português.

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Quem sou eu para dizer que um Governo é negligente?... Nem por sombras!... Não sei... Às vezes, colocam-se pessoas que parece que vão fazer um bom papel, mas que não se apercebem, no terreno, da realidade das coisas, não palpam bem aquilo onde estão e, nesse aspeto, poderão não fazer um trabalho como até eles próprios gostariam de fazer. Não julgo essas coisas, de maneira nenhuma.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — As pessoas podem ser mudadas!

O Sr. **José de Jesus Mendes Medeiros**: — Claro que sim!

O Sr. **Presidente**: — Como mais nenhum dos Srs. Deputados quer fazer perguntas, terminamos aqui a inquirição do Sr. José de Jesus Mendes Medeiros, que, não obstante ter começado mais tarde, e porque os Srs. Deputados não usaram de todo o tempo poderiam dispor, acaba por terminar mais ou menos dentro da hora prevista.

Cabe-me agradecer ao Sr. José de Jesus Mendes Medeiros, bem como ao seu representante legal, o Dr. Francisco Caldas, a vossa presença nesta Comissão.

Agradeço, como tenho feito noutros casos, o facto de, não obstante haver um processo a decorrer e o incómodo que referiu em relação ao mesmo, não ter deixado de estar perante a Comissão e ter respondido com o que sabe e com os conhecimentos que tem a todas as perguntas que lhe foram dirigidas pelos Srs. Deputados. Sublinho e agradeço, mais uma vez, esse facto.

Está encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 37 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.